

Evento: XXVII Seminário de Iniciação Científica

A PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA QUE RESIDE EM CONTEXTO RURAL FRENTE ÀS CONDIÇÕES DE ACESSO E ACESSIBILIDADE¹
PEOPLE WITH PHYSICAL DISABILITY RESIDENT IN THE RURAL CONTEXT FRONT OF ACCESS AND ACCESSIBILITY CONDITIONS

Jaqueline Raimundi², Andressa De Andrade³

¹ Trabalho de conclusão do curso de Graduação em Enfermagem; Pesquisa financiada pela Chamada FAPERGS/MS/CNPQ/SESRS n. 03/2017 - Programa pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde PPSUS - 2017.

² Acadêmica de enfermagem. Autora. Departamento de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Santa Maria/Campus Palmeira das Missões.

³ Professora. Orientadora. Departamento de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Santa Maria /Campus Palmeira das Missões.

INTRODUÇÃO

Pessoas com deficiência (PCD) enfrentam diariamente barreiras que contribuem sobremaneira para o agravamento das situações de acesso e acessibilidade, sejam estas barreiras atitudinais, urbanísticas, arquitetônicas, de transportes ou nas comunicações e informações (BRASIL, 2015). Estes impedimentos são ainda maiores para PCD que residem no meio rural, visto que estão em áreas dispersas, com menor número de população, usufruindo de pouco acesso ao transporte público, apresentando dificuldades econômicas, carência de informação e assistência ao cuidado, aspectos decorrentes do menor investimento e atenção destinados ao campo (LEZEZONI; KILLEEN; O'DAY, 2006).

Dados do IBGE (2010) retratam que no Brasil o número de PCD corresponde a 46 milhões, sendo que destas, 15% (7.132.347) vivem em áreas rurais. Além disso, 7% (3,22 milhões) da população possui deficiência física, vivendo muitas vezes desassistidas e isoladas em seu ambiente doméstico. No meio rural, a deficiência física, caracterizada por alterações corporais que comprometem a função de locomoção, encontra-se em muitos casos relacionada ao trabalho, o qual direciona-se para o manejo do solo, de máquinas agrícolas e animais (SANTOS; FÉLIX, 2016). Holanda (2013) e Rebouças (2011), reforçam que este tipo de deficiência determina dificuldades de inserção nas atividades, participação e relações sociais, além do acesso aos diferentes serviços, considerando que utilizam cadeiras de rodas, muletas entre outros, em função da mobilidade reduzida.

Considerando o cenário em que vivem as PCD física que residem no campo, o objetivo deste estudo consistiu em identificar fatores que influenciam o contexto de vida das PCD física que vivem no meio rural, investigando aspectos como escolaridade, condições de trabalho e renda, transporte e aspectos de saúde.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo quantitativo, transversal e descritivo. A abrangência compreendeu três municípios da região noroeste do Rio Grande do Sul (RS), com mais de 70% de população rural (IBGE, 2010) e vinculados a 15ª Coordenadoria Regional de Saúde (CRS), sendo estes:

Evento: XXVII Seminário de Iniciação Científica

Gramado dos Loureiros, Lajeado do Bugre e São Pedro das Missões.

A geração dos dados ocorreu por meio da aplicação de um questionário estruturado, direcionado à todas as PCD física, congênita ou adquirida, residentes no meio rural, ou ao seu cuidador, nos casos em que a PCD física fosse menor de 18 anos. Como cuidador, considerou-se o principal responsável pelo acompanhamento diário da PCD.

Para a análise dos dados, os questionários foram codificados e transferidos para uma planilha eletrônica construída no programa *Microsoft Excel 10.0*, que posteriormente foi analisada por meio do *software* estatístico *SPSS 22.0*, sendo realizadas as análises relativas à média, desvio padrão e correlação entre as variáveis.

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM (CEP/UFSM), por meio do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE)69973817.4.0000.5346.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Obteve-se um total de 26 PCD física nos três municípios que compuseram o estudo. A média de idade prevalente correspondeu a adultos jovens (41,7 anos) e do sexo masculino (77%). Dados do último Censo demográfico reforçam estes resultados, evidenciando do total de todas as deficiências na população de 15 a 64 anos, a motora é prevalente em 4,5% de PCD do sexo masculino (IBGE, 2010).

O município de Lajeado do Bugre foi o que registrou maior quantitativo de PCD física (57,7%), seguido por São Pedro das Missões (23,1%) e Gramado dos Loureiros (19,2%). Apesar de os municípios de Gramado dos Loureiros e Lajeado do Bugre apresentarem população rural semelhante, (1.743 e 1.781, respectivamente) o último evidenciou um percentual de PCD mais elevado.

De um modo geral, observa-se que, no Brasil, as condições de cada estado, região ou município diferem e influenciam nas condições de vida das PCD. No último CENSO demográfico, a região nordeste apresentou maior prevalência de PCD (23,3%), estando as menores taxas nas regiões Sul (22,5%) e Centro Oeste (22,51%)(IBGE, 2010). O maior número de PCD nestas áreas possui relação direta com as questões socioeconômicas, como as condições precárias de nutrição, moradia, saneamento básico, acesso a saúde e informação, equipamentos sociais e baixa renda (FIORATI; ELUI, 2015).

Ao se analisar o índice de desenvolvimento socioeconômico (IDESE) do município de Gramado dos Loureiros (0,73) observa-se que este apresenta-se maior em relação ao município de Lajeado do Bugre (0,66). Além disso, outros resultados demonstram um melhor desempenho do primeiro em relação ao segundo, entre estes, educação (0,74), renda (0,58) e saúde (0,88). Destaca-se ainda que a renda familiar per capita do município, em 2010, foi de R\$ 482,09 e a taxa de analfabetismo no mesmo ano de 12,7%. Já em Lajeado do Bugre, o índice relativo a educação foi de 0,63, de renda 0,48 e de saúde 0,86. A renda familiar per capita, em 2010, foi de R\$ 337,31 e a taxa de analfabetismo no mesmo ano de 16,8% (SEBRAE, 2019). Desta maneira defende-se a proposição de que as condições socioeconômicas do município de Lajeado do Bugre, poderiam justificar um maior quantitativo de PCD naquela região.

O estudo mostrou ainda a baixa escolaridade da PCD física que reside no meio rural, sendo que a maior parte possuía ensino fundamental incompleto (n=14) ou nunca havia frequentado a escola (n=6). Entre os que estudam (n=3), todos utilizam o transporte escolar, porém referem que este

Evento: XXVII Seminário de Iniciação Científica

não oferece acessibilidade. A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) prevê à PCD o direito à educação (BRASIL, 2015), não estando o mesmo totalmente garantido na maioria das escolas brasileiras, onde a dificuldade de acesso faz com que as mesmas enfrentem diversos impedimentos, principalmente em relação às limitações físicas, como infraestrutura, deficiência de profissionais capacitados e equipamentos apropriados (GOULART; MACIEL, 2014).

A renda das famílias foi referida como entre um e cinco salários mínimos para 61,5% da amostra (n=16), até um salário mínimo para 34,6% (n=9) e maior que cinco salários mínimos para 3,8% da população estudada (n=1), incluindo o recebimento de benefícios. Em nosso estudo, a totalidade das famílias esteve constituída por pequenos agricultores. Nestes casos, a baixa escolaridade associada as dificuldades de acesso e acessibilidade, especialmente as relacionadas a ausência de transporte, acabam direcionando as PCD para o trabalho na agricultura e no próprio domicílio.

Alguns fatores como a pequena área de terra, pouca disponibilidade de recursos financeiros, dificuldade de regulamentação das produções artesanais e de alimentos, falta de acesso ao mercado, carência de acesso por estradas para o escoamento da produção agrícola, falta de crédito rural e condições climáticas desfavoráveis interferem no desenvolvimento das propriedades agrícolas (BESERRA; SCHLINDWEIN, 2017).

Destaca-se que 31% da amostra referiu ter sofrido algum tipo de acidente de trabalho. As lesões mais frequentemente atribuídas ao trabalho no meio rural estão relacionadas ao esforço braçal, como dores osteomusculares e/ou por esforços repetitivos (LER/DORT). O manejo frequente de ferramentas cortantes, animais, máquinas agrícolas e a ausência de equipamentos de proteção individual (EPI), resultam em acidentes ocasionados pela falta de preparo no manuseio dos mesmos (BRASIL, 2013).

Ainda em relação aos aspectos de saúde, a inexistência de Unidades Básicas de Saúde (UBS) no meio rural, foi referida por 85% da amostra e a necessidade de deslocamentos para usufruir de atendimento de saúde nas áreas urbanas foi apontada por 96% da população estudada. Além disso, 88% da amostra referiu acessar os serviços de saúde exclusivamente por meio do Sistema único de Saúde (SUS). Um terço das PCD física referiram possuir doenças crônicas diagnosticadas e metade da amostra relatou fazer uso de medicamentos contínuos, características que acentuam a necessidade de acompanhamento periódico de saúde.

Estudo realizado por Nogueira (2016) evidenciou que a saúde da PCD está fortemente implicada nas dificuldades de acesso e acessibilidade nos serviços, especialmente na atenção primária, caracterizada por barreiras arquitetônicas, de transporte, geográficas e atitudinais. Alguns dos motivos da dificuldade de acesso e acessibilidade na saúde, advém com a qualidade no serviço prestado, como a dificuldade em ser atendido no momento da procura, filas e prolongado tempo de espera, além das distâncias geográficas das unidades em muitas regiões (RIBEIRO, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das diversas evoluções, da criação de leis e melhorias do ponto de vista estrutural, as dificuldades de acesso e acessibilidade da PCD no Brasil, ainda evidenciam diversas barreiras na sociedade, como a falta de acesso a saúde, educação, trabalho, renda e transporte, levando a maior exclusão e vulnerabilidade, principalmente para as que residem no meio rural.

A baixa demografia e a existência de dispersa população, não inviabilizam a necessidade de maiores investimentos no meio rural, em termos de acesso e acessibilidade, garantindo serviços

Evento: XXVII Seminário de Iniciação Científica

básicos como educação, saúde, transporte público, entre outros, o que contribui para a igualdade de oportunidades nos diferentes espaços e maior inclusão.

Palavras-chave: Pessoas com Deficiência; População Rural; Acessibilidade Arquitetônica.

Keywords: Disabled Persons; Rural Populations; Architectural Accessibility.

REFERÊNCIAS

BESERRA, G. J; SCHLINDWEIN, M. M. Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourados, MS, Brasil. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS v 18, n 1, p 3-15, jan./mar. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/inter/v18n1/1518-7012-inter-18-01-0003.pdf>> Acesso em: 29 abr. de 2019.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Brasília, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>> Acesso em: 17 out. de 2018.

BRASIL, **Decreto n. 13.146**, de 06 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Presidência da República Casa Civil subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. > Acesso em: 29 abr. de 2019.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta**. Brasília- DF 1ª edição 2013. Disponível em: <http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacoes_campo.pdf>. Acesso em: 03 out. de 2018.

FIORATI, R. C.; ELUI, V. M. C. Determinantes sociais da saúde, iniquidades e inclusão social entre pessoas com deficiência. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, São Paulo v. 23 n. 2 p. 329-36, mar./abr. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v23n2/pt_0104-1169-rlae-23-02-00329.pdf>. Acesso em: 24 jul de 2018.

GOULART, L. H. S. MACIEL, S. C. G. C. Estado Democrático de Direito e o acesso à educação para pessoas portadoras de deficiência. **Revista Jus Navegandi**, Teresina, n. 4149 nov. 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/29974/estado-democratico-de-direito-e-o-acesso-a-educacao-para-pessoas-portadoras-de-deficiencia>. > Acesso em: 22 abr. de 2019.

HOLANDA, C. M. A. de. et al. Redes de apoio e pessoas com deficiência física: inserção social e acesso aos serviços de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**. Paraíba, v. 20 n. 1 p. 175-184, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v20n1/pt_1413-8123-csc-20-01-00175.pdf>. Acesso em: 02 out. de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cartilha do Censo 2010 pessoas com deficiência**. Brasil 2012. Disponível em: <<https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>. > Acesso em: 24 abr. de 2019.

LEZZONI, L. I.; KILLEEN, M. B.; O1DAY, B. L. Rural Residents with Disabilities Confront Substantial

Evento: XXVII Seminário de Iniciação Científica

Barriers to Obtaining Primary Care. **Health Serv Res.** v. 41 n. 4 p. 1258-1275, ago. 2006. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1797079/>> Acesso em: 01 out. de 2018.

NOGUEIRA, G. C. et al. Perfil das pessoas com deficiência física e Políticas Públicas: a distancia entre intensões e gestos. **Ciência e Saúde Coletiva**, Florianópolis, SC, v. 21, n. 10, p. 3131-3142, out. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/csc/2016.v21n10/3131-3142/>> Acesso em: 25 abr. de 2019.

REBOUÇAS, C. B. A. de et al. Pessoa com deficiência física e sensorial: percepção de alunos da graduação em enfermagem*. **Acta Paul Enferm.** Fortaleza CE v. 24 n. 1 p. 80-6, ago./set. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ape/v24n1/v24n1a12>> Acesso em: 02 out. de 2018.

RIBEIRO, J. P. et. al. Acessibilidade aos serviços de saúde na Atenção Básica do Estado de Goiás. **Ver. Eletr. Enf.** Goiânia, GO, v. 17, n. 3, jul./set. 2015. Disponível em: <<https://www.fen.ufg.br/revista/v17/n3/pdf/v17n3a04.pdf>. > Acesso em: 14 de maio de 2019.

SANTOS, J. C. P. FÉLIX, V. N. do. Acidente de trabalho no meio rural: análise dos acidentados do estado de Pernambuco, Brasil. **I Congresso Internacional das Ciências Agrárias COINTER - PDVAgro 2016.** Pernambuco 2016. Disponível em: <<https://cointer-pdvagro.com.br/wp-content/uploads/2016/08/ACIDENTE-DE-TRABALHO-NO-MEIO-RURAL-AN%C3%81LISE-DOS-ACIDENTADOS-DO-ESTADO-DE-PERNAMBUCOBRASIL.pdf>. > Acesso em: 22 jun. de 2019.

SEBRAE. Perfil das cidades gaúchas Gramado dos Loureiros. Ano 2019. Disponível em: <http://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Gramado_dos_Loureiros.pdf.> Acesso em: 23 abr. de 2019.

SEBRAE. Perfil das cidades gaúchas Lajeado do Bugre. Ano 2019. Disponível em: <http://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Lajeado_do_Bugre.pdf.> Acesso em: 23 abr. de 2019.